

Pontos polêmicos da proposta

BRASÍLIA — A votação no Congresso Nacional do projeto de Orçamento Geral da União promete muita discussão em torno de pelo menos sete pontos:

Dívida externa dos estados — O projeto original do Palácio do Planalto, e também da mensagem que o corrigiu, enviada no final da semana passada, define que estados e municípios terão que pagar em 1989 25% da dívidas externas vencidas e a vencer no próximo ano. Os governadores, principalmente os de São Paulo, Orestes Quércia, e o de Minas Gerais, Newton Cardoso, querem reduzir este percentual para 10%. A comissão tende a optar pela emenda do deputado Israel Pinheiro, que altera o texto da lei orçamentária, reduzindo o percentual de pagamento, possivelmente para 15%, e compensando a perda de receita com a oportunidade ao Executivo de cortar subsídios. A questão de fundo desta discussão é a sucessão presidencial. O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que apoia a reivindicação dos governadores, e os próprios governadores não querem entrar na campanha de cofres vazios, como admitiu o secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho, em reunião na Seplan, no dia 22 de setembro. Esta é, por enquanto, a grande polêmica da comissão com o governo.

Despesa — A tendência do Legislativo é priorizar recursos para Transportes, Agricultura, Educação e Saúde, o que coincide com um documento apresentado por um fórum de secretários estaduais de Planejamento. O projeto dificulta essas opções, pois concentra recursos nos itens despesas com pessoal, serviço da dívida e transferência para estados e municípios, que não podem ser alterados pelos parlamentares. Pelas contas de Almir Gabriel, dos Cz\$ 11,2 trilhões de receita previstos, apenas Cz\$ 500 bilhões aproximadamente estaria disponíveis para realocações.

Receita — Como para cada despesa tem de haver a fonte de receita equivalente, a preocupação dos parlamentares é identificar os recursos necessários para viabilizar as despesas que identificaram como prioritárias. Um caminho é o corte de despesas em algumas áreas com a realocação dos recursos. Porém, a mensagem enviada na semana passada reduziu os itens a que os parlamentares estavam recorrendo para alocar verbas para suas emendas, tais como

reserva de contingência — um fundo destinado a cobrir despesas não orçadas e, tradicionalmente, usada sob critérios políticos.

Déficit público — O governo quer reduzir o déficit do Orçamento Geral da União para 0,10% em 1989 (em 1988, a previsão é que chegue a 4%). Os parlamentares resistem a esta idéia, questionando os custos sociais da medida. Sabem também que os cortes necessários para garantir essa meta inviabilizariam as prioridades de despesas que elegeram por meios de suas emendas.

Agricultura — O governo reduziu drasticamente os recursos do orçamento da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e suas regionais (Emater). Um vigoroso lobby reagiu a essa determinação durante o prazo de apresentação de emendas, mas a mensagem enviada pelo presidente José Sarney no final da semana passada dificultou ainda mais o quadro, ao cortar 20% dos orçamentos de todos os ministérios.

Educação — O relator da parte do orçamento referente a investimentos em educação, senador João Calmon (PMDB-ES), está exigindo do governo que cumpra a Constituição destinando um mínimo de 18% da receita líquida de impostos para a educação. A mensagem presidencial alterando o projeto de orçamento, enviada pelo governo ao Congresso na sexta-feira, reduz o orçamento do Ministério da Educação de Cz\$ 148 bilhões e 700 milhões para Cz\$ 94 bilhões e 800 milhões. Calmon ainda não sabe se a redução agride as normas constitucionais, mas avisa: "Se a Constituição estiver sendo descumprida pedirei a rejeição do projeto."

Transportes — O governo propõe uma redução drástica de recursos para a manutenção das rodovias. Pelo projeto, apenas a preservação das estradas de circulação nacional fica a cargo do governo federal. O relator do orçamento do Ministério dos Transportes, deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), temendo pela qualidade da malha rodoviária nacional, reivindica um aumento de recursos para o ministério, de forma a conservar a presença do DNER nas estradas construídas pela União. A mensagem presidencial de sexta-feira reduz os recursos do Ministério dos Transportes, a preços de junho, de Cz\$ 343 bilhões para Cz\$ 257 bilhões.